



**III Encontro sobre Inclusão e Formação Financeira dos  
Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP)**

**6 de julho de 2017**

**Intervenção de abertura do Administrador Luís Máximo dos Santos <sup>1</sup>**

1. Sejam muito bem-vindos a Portugal, a Lisboa e ao Banco de Portugal. Sejam muito bem-vindos a este III Encontro sobre Inclusão e Formação Financeira.

Saúdo o Banco Central de S. Tomé e Príncipe, o Banco Central de Timor-Leste, o Banco Central do Brasil, o Banco Central dos Estados da África Ocidental, o Banco de Cabo Verde, o Banco de Moçambique, o Banco Nacional de Angola, bem como todos os ilustres membros das respetivas delegações, cuja presença agradeço e muito nos honra.

Cumprimento também todos os demais participantes neste Encontro, que pela primeira vez este ano conta com a presença da AFI – Alliance for Financial Inclusion, a quem igualmente saúdo e apresento as boas vindas, na pessoa do seu Diretor Executivo.

2. Em boa hora, em 2013, se deu início a estes Encontros, que tiveram continuidade em 2015, e a que hoje damos sequência com a terceira edição. Organizar este Encontro é para nós uma honrosa responsabilidade mas também enorme prazer.

De facto, o tema da inclusão e da formação financeira tem sido cada vez mais reconhecido como uma matéria prioritária da agenda internacional pelas suas implicações na promoção da estabilidade financeira e do desenvolvimento económico.

Os Encontros dos BCPLP sobre inclusão e formação financeira evidenciam a importância que os bancos centrais do espaço lusófono atribuem à partilha de conhecimentos e experiências sobre iniciativas de promoção da inclusão e da formação financeira.

---

<sup>1</sup> Preparado para apresentação.



A riqueza da partilha de experiências e boas práticas que teve lugar nos dois primeiros encontros levou à publicação de relatórios sobre as iniciativas de inclusão e formação financeira nos países de língua portuguesa. Estou certo que os desenvolvimentos dos dois últimos anos nesta área, nos vários países, e que hoje e amanhã serão apresentados e analisados, vão justificar a elaboração de um novo relatório com as conclusões deste III Encontro.

Ao longo destes Encontros têm-se densificado as matérias em análise:

- (i) No I Encontro, em 2013, refletiu-se sobre o papel dos bancos centrais e as melhores práticas internacionais de promoção da inclusão e da formação financeira;
- (ii) No II Encontro, em 2015, abordaram-se os temas da educação financeira nas escolas, dos meios de formação à distância e da importância das parcerias para o sucesso e sustentabilidade das políticas de inclusão e formação financeira.

Neste III Encontro, além de se aprofundarem as matérias de educação financeira nas escolas, pilar estratégico da formação de toda a população e em particular dos mais jovens, serão abordados novos temas, nomeadamente a avaliação das iniciativas de formação financeira e a formação para a utilização adequada de produtos e serviços financeiros através de canais digitais.

Gostaria de realçar que uma grande mais-valia da partilha de experiências nestes Encontros é a diversidade de abordagens. Ainda que todos tenhamos um objetivo comum, o de aumentar os níveis de inclusão e de literacia financeira da população e, em última análise, o bem-estar dos cidadãos, as formas de alcançar esse objetivo podem ser - e são certamente - diferentes. Por isso, é importante conhecermos melhor as várias abordagens, tirar proveito da diversidade de experiências e adaptá-las ao contexto económico, financeiro e institucional de cada país.



A discussão destas matérias é bastante estimulante pela complexidade de que se revestem mas comporta também uma dimensão especialmente gratificante pelas implicações que sabemos que podem ter na melhoria da vida de pessoas concretas. Estas razões já seriam mais do que suficientes para que possamos prever dois excelentes dias de trabalho e de partilha. Mas há uma razão a adicional para que se torne um prazer acrescido: o fazermos tudo isto em português, língua que instantaneamente nos aproxima e nos lembra o facto de que os nossos países são atores de uma globalização que também se exprime e sente na diversidade enriquecedora dos cambiantes duma língua que nos é comum.

**3.** A inclusão financeira é uma componente essencial da inclusão social, na medida em que ao criar condições para uma melhor gestão do orçamento familiar, uma maior eficiência na utilização dos meios de pagamento e, bem assim, a aplicação de poupanças em produtos adequados e a contratação de crédito de forma mais segura, proporciona uma gestão mais eficiente das finanças pessoais.

Não pode perder-se de vista, de facto, que a inclusão financeira ajuda também a combater a desigualdade, problema maior das economias contemporâneas. Como bem assinalou há dias o Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, num Encontro em Lisboa com jovens universitários, “a desigualdade é um fenómeno altamente desestabilizador para todas as áreas da nossa sociedade, incluindo a estabilidade financeira”.

Tradicionalmente, as principais barreiras à inclusão financeira estão relacionadas com fatores de proximidade geográfica, como a fraca densidade de balcões das instituições de crédito, que dificulta o acesso ao setor financeiro formal. Tais barreiras proporcionam a existência de um setor informal que disponibiliza produtos e serviços financeiros concorrentes, não sujeitos à regulação financeira, mas a que os cidadãos acedem com mais facilidade. Outros fatores de exclusão são os custos elevados dos serviços financeiros no setor formal ou a não disponibilização pelas instituições de crédito de



produtos com características adequadas às necessidades de consumidores com baixos rendimentos e/ou baixos níveis de escolaridade.

Todavia, a crescente digitalização dos serviços financeiros traz novas oportunidades de promoção da inclusão financeira, permitindo ultrapassar alguns destes obstáculos, na medida em que os canais digitais tornam o acesso mais fácil e com menores custos. A comercialização de produtos e serviços financeiros através de canais digitais permite o acesso da população, mesmo na ausência de proximidade com os prestadores dos serviços, aos produtos financeiros disponibilizados através destes canais, que são geralmente mais simples e padronizados.

Contudo, os canais digitais têm também associados novos riscos. Desde logo, os riscos relacionados com a segurança do acesso e utilização dos canais digitais e a necessidade de adoção de comportamentos adequados de prevenção da fraude. Mas também o risco de aquisição menos ponderada de produtos e serviços financeiros, nomeadamente de recurso ao crédito sem o adequado esclarecimento das condições financeiras associadas e das consequências do incumprimento. Por outro lado, os canais digitais não são a solução para a inclusão de grupos populacionais mais vulneráveis, como as pessoas mais idosas, que têm geralmente maior dificuldade em lidar com a tecnologia.

Por isso, apesar das novas oportunidades trazidas pelos canais digitais, há que atender aos novos riscos. E reconhecer, igualmente, que muitos dos tradicionais desafios de promoção da inclusão financeira se mantêm. Como se mantém também a necessidade da estratégia de inclusão financeira assentar em 3 pilares:

- (i) Políticas de promoção da inclusão financeira;
- (ii) Regulação adequada dos produtos e serviços financeiros; e
- (iii) Iniciativas de formação financeira da população.

**4.** A formação financeira é essencial para uma inclusão financeira adequada das pessoas que atualmente não têm acesso ao sistema financeiro e, em particular, a uma conta bancária. Através da formação financeira transmitem-se conhecimentos básicos, mas



também se sensibiliza para a necessidade da adoção de comportamentos prudentes no acesso e utilização de produtos bancários. Um desafio da formação que tem por objetivo a inclusão financeira é o de fazer chegar essa formação aos públicos que dela precisam, que são geralmente grupos populacionais mais vulneráveis. Um exemplo que temos em Portugal é o desafio da divulgação dos serviços mínimos bancários, constituídos por uma conta bancária e por serviços de pagamento básicos. As instituições são obrigadas a disponibilizar estes serviços mínimos bancários a um custo reduzido, mas eles não são conhecidos pela generalidade da população e, ainda menos, pelos que estão excluídos do sistema financeiro e que mais poderiam beneficiar da sua utilização.

Mas naturalmente que a formação financeira não é apenas importante para a população excluída do sistema financeiro. A formação financeira é importante para a generalidade da população, pois promove a utilização responsável e eficiente dos produtos e serviços financeiros, alertando para as vantagens e riscos associados aos produtos e serviços financeiros disponibilizados pelas instituições de crédito e para os direitos e deveres dos consumidores financeiros. Uma maior compreensão dos produtos e do sistema financeiro capacita os cidadãos para tomarem decisões financeiras e fazerem escolhas mais adequadas às suas necessidades.

A promoção da formação financeira enfrenta importantes desafios, nomeadamente, como já se referiu, o de abranger toda a população, a qual, necessariamente, não é homogénea, tem características e necessidades diversificadas. Por isso, é desde logo importante definir os temas e meios adequados para chegar a cada grupo populacional, escolher mensagens que sejam devidamente percecionadas pelo público-alvo e encontrar os parceiros indicados para trabalhar com esses públicos. Outro fator que não pode ser ignorado é o do custo das iniciativas de formação financeira, o que leva à necessidade de uma abordagem gradual e de uma avaliação que permita conhecer a eficácia da ação e direcionar a aposta da formação para as iniciativas com melhores resultados.

**5.** O Banco de Portugal está há vários anos empenhado na promoção da formação financeira. Há alguns anos atrás, nos fóruns internacionais, discutia-se a importância dos



bancos centrais e dos reguladores financeiros estarem envolvidos em iniciativas de formação financeira. Tal questão hoje em dia a questão não se coloca, pois é ponto assente que assim deve ser, uma vez que cidadãos com maiores níveis de literacia financeira escolhem produtos financeiros de forma mais adequadas e contribuem, por isso, para a estabilidade financeira e um crescimento económico mais sustentado.

Há nove anos, o Banco de Portugal lançou o Portal do Cliente Bancário, uma iniciativa que marcou o início de uma estratégia mais estruturada de promoção da formação financeira. Desde aí, publicou brochuras e desdobráveis de informação e formação sobre produtos e serviços bancários e dinamizou inúmeras ações de formação financeira, que contam com o apoio da Rede Regional do Banco.

Por outro lado, em parceria com os outros supervisores financeiros, dinamiza desde 2011 o Plano Nacional de Formação Financeira, que contempla diversas iniciativas que ao longo dos trabalhos serão certamente objeto de referência específica. Tais iniciativas são efetuadas em parceria com entidades públicas e privadas, envolvendo escolas, empresas e autarquias locais, entre outras.

**6.** Queremos fazer destes dois dias a garantia de que fica já lançado o interesse para o IV Encontro. Da parte do Banco de Portugal, além da partilha da nossa experiência, estamos muito interessados em conhecer os desenvolvimentos recentes das iniciativas de inclusão e formação financeira nos vossos países, para que possamos todos aproveitar da melhor forma as experiências que vão ser aqui apresentadas. Sempre acreditámos que juntos, na reflexão e na cooperação, atingimos melhor os nossos objetivos.

Permitam-me uma palavra final, mais virada para a instituição a que pertenço, para agradecer o empenho de todos quantos no Banco de Portugal trabalharam para que este III Encontro seja uma realidade. E de entre eles, permita-me que, na pessoa da sua Diretora, a Senhora Dra. Lúcia Leitão, agradeça, em particular, ao Departamento de Supervisão Comportamental, que se entregou de alma e coração à iniciativa.